

P. D. JAMES

UMA CERTA JUSTIÇA

Tradução

Celso Nogueira



Copyright © 1997 by P. D. James
Proibida a venda em Portugal

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Título original
A certain justice

Capa
Jeff Fisher

Preparação
Célia Regina Rodrigues de Lima

Revisão
Juliane Kaori
Vivian Miwa Matsushita

Atualização ortográfica
Verba Editorial

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

James, P. D., 1920-

Uma certa justiça / P. D. James ; tradução Celso Nogueira. —
1.ª ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2012.

Título original: A certain justice.
ISBN 978-85-359-2154-0

1. Ficção policial e de mistério (Literatura inglesa) I. Título.

12-08649

CDD-823.0872

Índice para catálogo sistemático:

1. Ficção policial e de mistério : Literatura inglesa 823.0872

2012

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA SCHWARCZ S.A.
Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32
04532-002 — São Paulo — SP
Telefone: (11) 3707-3500
Fax: (11) 3707-3501
www.companhiadasletras.com.br
www.blogdacompanhia.com.br

SUMÁRIO

LIVRO I

Advogada de defesa 13

LIVRO II

Morte na sede do colegiado 127

LIVRO III

A carta da morta 271

LIVRO IV

A Junqueira 419

Sobre a autora 483

Livro I
ADVOGADA DE DEFESA

OS ASSASSINOS NÃO COSTUMAM alertar suas vítimas. A morte em questão, por mais terrível que tenha sido aquele último momento de horrível compreensão, chegou misericordiosamente desprovida de terror antecipado. Quando Venetia Aldridge se levantou para reinquirir a principal testemunha de acusação no caso *Regina v. Ashe*, na tarde de quarta-feira, 11 de setembro, restavam-lhe tão somente quatro semanas, quatro horas e cinquenta minutos de vida. Após sua morte os numerosos admiradores e os raros amigos que a amavam, na tentativa de uma reação mais pessoal que os adjetivos adequados ao horror e à revolta, resmungaram que Venetia teria apreciado ver seu último caso de assassinato julgado em Bailey e na sua corte preferida, palco de seus maiores triunfos.

Havia, porém, alguma verdade naquele comentário irracional.

A Corte Número Um a encantara desde sua primeira visita, ainda como pupila. Ela sempre tentara disciplinar a parte de sua mente que, suspeitava, poderia ser seduzida pela tradição ou pela história. Mesmo assim, reagia àquele ambiente elegantemente revestido de madeira com empolgação estética e arrebatamento de espírito, que considerava um dos maiores prazeres de sua vida profissional. A correção no tamanho e nas proporções da sala combinava com a dignidade discreta do brasão minuciosamente entalhado acima da tribuna, com a reluzente Espada da Justiça do século XVII logo abaixo dele, suspensa em curioso contraste com o banco das testemunhas, dosselado como um púlpito em miniatura, e com o amplo banco dos réus, no qual o acusado sentava-se com os olhos na mesma altura dos olhos do juiz. Como todos os locais perfeitamente projetados

para um determinado propósito, sem que faltasse ou sobrasse nada, o salão transmitia uma sensação de calma atemporal e até mesmo a ilusão de que as paixões humanas eram suscetíveis ao controle e à ordem. Certa vez, por curiosidade, ela havia subido à galeria pública e se sentara lá por um minuto, a olhar para o tribunal vazio. Tivera a impressão de que ali, onde os espectadores se aglomeravam, a atmosfera se impregnara de décadas de esperança, terror e desespero humanos. Agora, ela estava de volta ao seu ambiente de direito. Não esperava que o caso fosse julgado na corte mais famosa de Old Bailey, nem presidido por um magistrado da Corte Suprema, mas o julgamento anterior fora anulado, sendo necessário redistribuir o processo para uma nova corte e um outro juiz. Ela já perdera na Corte Número Um, mas as lembranças das derrotas não a amarguravam. Com muito mais frequência, vencera.

Como sempre, seu olhar naquele dia se concentrava no juiz, no júri e nas testemunhas. Raramente consultava o assistente, falava com o advogado de Ashe sentado à sua frente ou obrigava a corte a esperar enquanto ela buscava uma anotação no meio da papelada. Nenhum advogado de defesa entrava no tribunal mais bem preparado. Ela pouco olhava para o cliente, e quando o fazia evitava virar o pescoço de modo ostensivo na direção do banco dos réus. Contudo, a presença silenciosa do réu dominava sua mente, assim como ocorria com os demais presentes, e ela sabia disso. Garry Ashe, de vinte e um anos e três meses, era acusado de assassinar a tia, sra. Rita O'Keefe, cortando-lhe a garganta. Um golpe apenas, preciso, que seccionou as veias. A série de facadas frenéticas no corpo seminu só veio depois. Com frequência, particularmente nos crimes brutais, o acusado aparentava uma inadequação quase patética, seu jeito comum e o ar de desafortunada incompetência entravam em conflito com a violenta determinação do ato. Mas não havia nada de ordinário naquele réu. Venetia tinha a impressão de que poderia se recordar de cada detalhe da face dele, sem precisar virar-se para encará-lo.

Ele era moreno, os olhos sombrios se ocultavam debaixo das sobrancelhas espessas e retas. Tinha o nariz fino, pontudo,

e a boca larga, de lábios finos e implacáveis. O longo pescoço esguio dava à cabeça a aparência hierática de uma ave de rapina. Ele jamais se mostrava inquieto; mal se movia, na verdade. Permanecia ereto, sentado no centro do banco dos réus, ladeado pelos guardas. Raramente olhava para o júri, instalado à sua esquerda. Só uma vez, durante a fala inicial do advogado de acusação, ela o vira erguer a vista para a galeria onde estava o público, percorrendo as fileiras com uma expressão de ligeira desaprovação, como se lamentasse o tipo de plateia que atraía, antes de baixar os olhos novamente para o juiz. Não havia, entretanto, nenhuma tensão ansiosa em sua imobilidade. Pelo contrário, ele dava a impressão de ser um homem acostumado à exposição pública, um jovem príncipe em companhia dos pais numa solenidade mais suportada do que apreciada. Era o júri, aquela costumeira miscelânea de homens e mulheres convocados para julgá-lo, que lembrava a Venetia um grupo de malfeitores curiosamente variado, ali reunido para ouvir a sentença. Quatro jurados, de camisa aberta e tênis, pareciam prontos para lavar um carro. Em contraste, o acusado apresentava-se apuradamente trajado, de terno azul-marinho listrado e camisa tão branca que poderia aparecer num comercial de sabão em pó. O terno, bem passado, caía mal em seu corpo. Os enchiamentos exagerados nos ombros davam ao corpo jovem e vigoroso o ar de desamparo desajeitado da adolescência. Bela escolha, o terno. Transmitia uma combinação de respeito próprio e vulnerabilidade que ela tencionava explorar.

Embora não gostasse de Rufus Matthews, ela respeitava o promotor. Os dias de eloquência exacerbada no tribunal faziam parte do passado, e de qualquer modo haviam sido apropriados para a promotoria. Mas Rufus queria ganhar, e a obrigaria a lutar pela conquista de cada ponto. Ao iniciar o caso para a promotoria, ele recapitulara os fatos com concisão e uma clareza sem ênfase que deixara a impressão de que a eloquência seria desnecessária para apoiar um caso tão evidentemente verdadeiro.

Garry Ashe residira durante um ano e oito meses no número 397 da Westway, com a sra. Rita O'Keefe, sua tia materna, antes

da morte dela. Passara a infância sob os cuidados do Estado, percorrendo oito lares adotivos entre os períodos de orfanato. Vivera nos squats londrinos e trabalhara por certo tempo num bar de Ibiza, antes de se mudar para a casa da tia. Dificilmente se poderia considerar normal o relacionamento entre tia e sobrinho. A sra. O'Keefe costumava entreter um vasto número de homens, e Garry era obrigado — ou aceitava — a fotografar a tia e os tais homens durante o ato sexual. As fotografias que o acusado admitira ter tirado seriam mostradas como provas.

Na noite do assassinato, sexta-feira, 12 de janeiro, a sra. O'Keefe e Garry foram vistos juntos, das seis às nove da noite, no pub Duke of Clarence, em Cosgrove Gardens, a cerca de dois quilômetros de Westway. Eles discutiram, e Garry saiu pouco depois das nove, dizendo que ia para casa. A tia, que bebia muito, permaneceu no bar. Por volta das dez e meia o proprietário recusou-se a continuar a lhe servir bebidas, e ela foi posta num táxi por dois amigos. Naquele momento ela estava embriagada, mas não incapacitada. Os amigos acharam que poderia chegar em casa por conta própria. O motorista do táxi a deixou na frente do número 397 e esperou até que ela entrasse pelo portão lateral, às dez e quarenta e cinco.

Garry Ashe telefonou para a polícia à meia-noite e dez, da casa da tia, dizendo que encontrara o cadáver ao retornar de uma caminhada. Quando os policiais chegaram à meia-noite e vinte, encontraram a sra. O'Keefe deitada no divã da sala da frente, praticamente nua. A garganta havia sido cortada, e alguém a esfaqueara após a morte. No total, desferiram nove golpes. Na opinião do médico-legista que viu o corpo à meia-noite e quarenta, a sra. O'Keefe falecera pouco tempo depois de sua volta para casa. Não encontraram sinais de arrombamento nem indícios de que ela estivesse acompanhada ou esperando uma visita naquela noite.

Uma mancha de sangue, posteriormente identificada como sendo da sra. O'Keefe, foi descoberta no chuveirinho da banheira, no toalete. Havia também duas gotas de sangue no carpete da escada. Localizaram uma faca de cozinha grande sob a

sebe de alfena de um jardim, a menos de cem metros do número 397 da Westway. A faca, com uma lasca triangular no cabo, fora identificada tanto pelo acusado como pela faxineira. Costumava ficar na gaveta da cozinha da sra. O'Keefe. Alguém limpava todas as impressões digitais.

O acusado declarou à polícia que não havia voltado direto do bar para casa, e sim passeado nas ruas próximas a Westway, chegando até Shepherd's Bush. Retornara depois da meia-noite, descobrindo o corpo da tia. O tribunal ouviria, porém, o testemunho da vizinha, que vira Garry Ashe saindo do número 397 da Westway às onze e quinze, na noite do crime. A Coroa sustentava que Garry Ashe, na verdade, voltara direto do pub Duke of Clarence, esperara a chegada da tia e a assassinara com a faca de cozinha, provavelmente também desnudo. Em seguida, tomara uma ducha, vestira a roupa e saíra de casa às onze e quinze para andar pela rua e tentar criar um álibi.

Rufus Matthews pronunciou as últimas frases como se fossem mera rotina. Caso o júri se convencesse, a partir das provas apresentadas, de que Garry Ashe matara a tia, seria sua obrigação emitir o veredicto de culpado. Se, por outro lado, ao final do caso permanecesse em suas mentes uma dúvida razoável quanto à culpa do acusado, este deveria ser inocentado da acusação de assassinar a sra. Rita O'Keefe.

O reexame de Stephen Wright, proprietário do Duke of Clarence, no terceiro dia de julgamento, pouca dificuldade representou para Venetia. Aliás, como ela já esperava. Ele se dirigira ao banco das testemunhas com a pose de homem determinado a mostrar que perucas e robes escarlates não o intimidavam. Fizera o juramento com um descaso que deixava bem claro seu desprezo por aquele ritual arcaico. Venetia enfrentou seu sorriso levemente safado com um olhar frio e demorado. A promotoria o chamara para reforçar o argumento de que o relacionamento entre Ashe e a tia havia descambado para a discussão ríspida quando ambos se encontravam no pub, e que a sra. O'Keefe temia o sobrinho. Contudo, seu testemunho fora preconceituoso e pouco convincente, e pouco abalou as decla-

rações dos frequentadores do bar, que afirmaram ter Ashe bebido pouco e falado menos ainda. “Ele costumava ficar ali sentado, quieto”, Wright disse, seduzido pelo orgulho até beirar a insensatez, chegando a confidenciar ao júri: “Perigosamente quieto, se querem mesmo saber. Ele a encarava, com seu olhar maligno. Ele não precisava beber para se tornar perigoso”.

Venetia apreciou reinquirir Stephen Wright, e quando o liberou não conseguiu conter um olhar de comiseração para Rufus, que se levantou para tentar desfazer parte do estrago. Ambos sabiam que algo além da credibilidade da testemunha se perdera nos últimos minutos. Sempre que uma testemunha de acusação era desacreditada, o próprio caso da Coroa perdia parte da credibilidade. Ela sabia que contava, desde o início, com uma grande vantagem: não havia simpatia instintiva pela vítima. Mostre ao júri fotografias do corpo de uma criança violada, tenra como um passarinho, e uma voz atávica sempre sussurrará: “Alguém tem de pagar por isso”. A necessidade de vingança, tão facilmente confundida com os imperativos da justiça, favorecia a acusação. O júri não queria condenar o homem errado, mas precisava condenar alguém. As provas da promotoria eram analisadas segundo o impulso de acreditar em sua veracidade. Mas aquelas fotos escabrosas que a polícia tirara da vítima, mostrando a barriga flácida caída de lado e os seios esparramados, bem como as veias seccionadas, em sua horrível semelhança com uma carcaça de porco pendurada num gancho de açougue, provocavam mais nojo do que piedade. Seu caráter fora eficientemente destruído. Isso era complicado, em casos de assassinato. A vítima, afinal de contas, não estava lá para se defender. Rita O’Keefe bebia, não era atraente e demonstrava um apetite insaciável por gim e sexo. Quatro dos membros do júri eram jovens, dois mal haviam completado a maioridade. Os jovens não mostravam indulgência em relação à idade e à feiura. As vozes silenciosas sussurrariam uma mensagem muito diferente: “Ela estava pedindo isso”.

Então, na segunda semana e sétimo dia de julgamento, chegaram ao ponto que Venetia considerava crucial: o reexame da

testemunha de acusação, sra. Dorothy Scully, vizinha da vítima, viúva de sessenta e nove anos. Ela havia dito à polícia, e depois ao tribunal, que vira Garry Ashe sair do número 397 às onze e quinze, na noite do crime.

Venetia a observara durante o depoimento inicial, avaliando seus pontos fortes e os vulneráveis. Sabia o que era preciso a respeito da sra. Scully; era esse o seu papel. Uma senhora pobre, mas não miserável: viúva, vivia da magra pensão. Westway fora, afinal, um bairro relativamente próspero, um enclave confortável da pequena classe média respeitável, confiável e cumpridora da lei. Os moradores, proprietários das casas, orgulhavam-se das cortinas rendadas imaculadamente limpas e dos jardins bem cuidados, pequenos triunfos da individualidade sobre as fachadas repetitivas. Seu mundo, porém, estava desabando junto com as casas que levantavam nuvens de poeira ocre sufocante ao cair. Restavam poucas construções em pé; o alargamento da avenida avançava, inexorável. Até mesmo as pichações de protesto nos tapumes que separavam os terrenos vazios da rua já começavam a esmaecer. Em pouco tempo haveria apenas asfalto e o ruído incessante do tráfego que rugia para o oeste, afastando-se de Londres. Logo a própria memória seria impotente para reviver o passado. A sra. Scully estaria entre os últimos a sair, e suas memórias se apoiariam no ar. Levava consigo, para o banco das testemunhas, o passado condenado à obliteração, o futuro incerto, a respeitabilidade e a honestidade. Uma armadura inadequada para enfrentar uma das advogadas mais temíveis do país, quando se tratava de reinquirir uma testemunha.

Venetia notou que ela não havia comprado um casaco novo para ir depor. Um casaco novo era uma enorme extravagância; só a iminência de um inverno especialmente rigoroso ou o final do casaco velho justificariam a despesa. O chapéu, porém, fora obviamente adquirido para a ocasião. Era de feltro azul-claro, com aba estreita, enfeitado por uma imensa flor branca, e dava um tom de frivolidade discrepante do conjunto de tweed discreto.

A voz quase inaudível traía seu nervosismo na hora do juramento. Por duas vezes, durante o depoimento, o juiz se inclinara

para solicitar, em voz envelhecida e cortês, que ela falasse mais alto. De qualquer modo, ela se desinibia conforme a inquirição avançava. Rufus tentara facilitar as coisas, repetindo ocasionalmente uma pergunta antes que ela respondesse, mas Venetia considerou que isso só confundia a testemunha, em vez de ajudá-la. Deduziu também que a sra. Scully antipatizava com aquela voz esnobe, alta demais e algo intimidante, cujo dono tinha o hábito de dirigir seus comentários a um ponto situado no ar, um metro acima da cabeça dos jurados. Rufus sempre se dera melhor reexaminando uma testemunha hostil. A sra. Scully, idosa, patética, ligeiramente surda, despertou seu lado mais provocador. Mesmo assim ela se revelou uma boa testemunha, respondendo a tudo com simplicidade, de modo convincente.

A testemunha passara a noite, a partir das sete, jantando e depois vendo o vídeo de *A noviça rebelde* com uma amiga, a sra. Pierce, que morava cinco casas adiante, na mesma rua. Ela própria não possuía um aparelho de vídeo, mas a amiga tinha um e alugava uma fita por semana, convidando-a para assistir ao filme e jantar em sua casa. Normalmente ela não saía de casa à noite, mas a sra. Pierce morava muito perto, e era gostoso dar um passeio curto a pé, pela rua bem iluminada. Tinha certeza da hora. Quando o filme terminou, tanto ela como a amiga comentaram que já era muito tarde, mais do que esperavam. O relógio em cima da lareira da amiga marcava onze e dez da noite, e ela consultou seu próprio relógio, surpresa com a rápida passagem do tempo. Conhecia Garry Ashe desde que ele fora morar com a tia. Não tinha a menor dúvida de que o vira sair da casa número 397. Ele caminhava apressadamente. Atravessou o pequeno jardim e seguiu pela esquerda, na Westway, afastando-se depressa. Ela o observou até que ele sumisse de sua vista, admirada ao vê-lo sair de casa tão tarde. Em seguida, dirigiu-se ao número 396. Ela não recordava se havia luzes acesas na casa vizinha, mas acreditava que estava tudo escuro por lá.

Quando Rufus já se aproximava do final do exame da testemunha, o recado foi passado a Venetia. Ashe deve ter feito um sinal para seu advogado, que se aproximou então do banco dos

réus. O bilhete foi entregue a Venetia por ele. Escrito com caneta esferográfica preta, exibia uma caligrafia firme, vertical, miúda. Não havia nada de impulsivo ou apressado na mensagem. “Pergunte a ela que óculos usava na noite do crime.”

Venetia achou mais prudente não olhar para o banco dos réus. Era um momento decisivo, que poderia determinar o desfecho do julgamento. E contradizia frontalmente a primeira lição que ela aprendera quando pupila: nunca faça uma pergunta se não souber a resposta de antemão. Restavam-lhe cinco segundos para tomar a decisão, antes de se levantar para reinquirir a testemunha. Se fizesse a pergunta e obtivesse a resposta errada, Ashe seria condenado. Contudo, duas coisas lhe davam confiança. Primeiro, ela já sabia qual seria a resposta; Ashe jamais mandaria o recado se não tivesse certeza. A segunda era vital. Ela precisava desacreditar o depoimento da sra. Scully, se fosse possível. As declarações daquela senhora, dadas com tanta honestidade, com tanta certeza, haviam sido avassaladoras.

Ela guardou o recado entre seus papéis, como se dissesse respeito a algo banal, que poderia ser resolvido depois, com mais calma, e levantou-se.

“Pode me ouvir com clareza, sra. Scully?”

A mulher balançou a cabeça afirmativamente e murmurou: “Sim”. Venetia sorriu para ela. Foi o bastante. A pergunta, o sorriso encorajador, o carinho na voz, tudo dizia: “Sou mulher também. Estamos no mesmo lado. Esses homens pomposos não me amedrontam. Você não precisa sentir medo de mim”.

Venetia repassou as questões pausadamente, de modo que a vítima estava contente e tranquila quando ela resolveu dar o bote. As brigas ouvidas na casa vizinha, uma voz masculina, a outra indubitavelmente da sra. O’Keefe, que tinha forte sotaque irlandês. A sra. Scully acreditava que fosse sempre a mesma voz masculina. No entanto, a sra. O’Keefe costumava receber muitos amigos. Talvez a palavra mais adequada fosse “clientes”. A sra. Scully tinha certeza de que era a voz de Garry? Não, ela não tinha certeza. A insinuação foi habilmente encaixada: uma compreensível antipatia pela tia poderia trans-

parecer, incluindo o sobrinho. A sra. Scully não estava acostumada àquele tipo de vizinhança.

“Chegamos agora, sra. Scully, à identificação do acusado como sendo o jovem que a senhora teria visto saindo do número 397 na noite do crime. Via Garry saindo sempre pela porta da frente?”

“Não, pois ele costumava usar a porta dos fundos e o portão do jardim, por causa da motocicleta.”

“Portanto, costumava vê-lo empurrando a moto pelo jardim, até chegar ao portão, certo?”

“De vez em quando. Dava para ver, pela janela do meu quarto, nos fundos.”

“E, como ele guardava a moto no quintal, seria normal que usasse a porta dos fundos ao sair?”

“Suponho que sim.”

“Chegou a vê-lo saindo pelo portão do jardim, mesmo quando não usava a moto?”

“Uma ou duas vezes, creio.”

“Uma ou duas vezes desde que morava lá? Ou uma ou duas vezes por semana? Não se preocupe em ser exageradamente exata. Afinal de contas, ninguém repara muito nessas coisas.”

“Creio que o via sair pela porta dos fundos duas ou três vezes por semana. Às vezes de moto, às vezes não.”

“Com que frequência costumava vê-lo sair pela porta da frente?”

“Não me lembro. Certa vez ele chamou um táxi. Aí, saiu pela porta da frente.”

“Como era de se esperar. Ele costumava usar a porta da frente? Sabe, estou tentando descobrir isso porque podemos ajudar o júri a saber se Garry normalmente usava a porta da frente ou a dos fundos quando saía de casa.”

“Creio que ele usava a porta dos fundos, em geral. Os dois usavam.”

“Compreendo. Em geral, eles usavam a porta dos fundos.” Em seguida, no mesmo tom de voz interessado e solidário: “Esses óculos que está usando hoje são novos, sra. Scully?”

A mulher levou a mão à armação, como se não tivesse certeza de estar de óculos. “Novinhos. Comprei-os no meu aniversário.”

“Quando foi isso?”

“No dia 16 de fevereiro, pelo que me lembro.”

“E tem certeza quanto à data?”

“Claro que sim.” Ela se voltou para o juiz, como se estivesse ansiosa para explicar. “Eu saí para tomar chá com minha irmã, e no caminho passei na ótica para pegá-los. Queria saber o que ela achava do novo modelo.”

“E tem certeza absoluta da data — 16 de fevereiro —, cinco semanas após a morte da sra. O’Keefe?”

“Sim, tenho certeza absoluta.”

“E sua irmã achou que os óculos combinavam bem com seu rosto?”

“Ela disse que eram meio modernos, mas eu queria mesmo mudar. A gente se cansa de usar o mesmo tipo de armação. Achei melhor comprar algo diferente.”

Hora da pergunta perigosa. Porém, Venetia já sabia a resposta que ouviria. Mulheres que lutam para viver com uma pensão mínima não vão desnecessariamente ao oculista, nem consideram óculos como acessórios da moda.

Ela perguntou: “Foi por isso que trocou os óculos, sra. Scully? Por desejar uma armação diferente?”

“Não, não foi. Eu não conseguia enxergar direito com os óculos antigos. Por isso fui ao oculista.”

“O que não conseguia ver, especificamente?”

“Na verdade, não via direito a televisão. Encontrava dificuldade em distinguir os rostos.”

“Onde assiste à televisão, sra. Scully?”

“Na sala de estar, na frente.”

“Que tem aproximadamente o mesmo tamanho da sala da casa vizinha?”

“Com certeza. As casas são todas idênticas.”

“Não é uma sala muito grande, então. O júri viu fotos da sala da sra. O’Keefe. Cerca de quatro metros quadrados, não é?”

“Suponho que sim. Aproximadamente.”